

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO FINAL nº 470/2021
PROCESSO 188/2021 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 108/2021

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Inexigibilidade de Licitação. Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para implementação de melhorias da estrutura do Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico relativo à regularidade do processo de inexigibilidade de licitação, visando à contratação de **HUNER TI COLABORATIVA LTDA** para serviços de implementação de melhorias da estrutura do Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS.

III- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a inexigibilidade de licitação n°108/2021, cujo objeto é contratação serviços de tecnologia da informação para implementação de melhorias da estrutura do Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação de materiais e/ou execução de obras/serviços – evento 02.
- 02) Parecer Contábil - evento 03
- 03) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 04
- 04) Ato de Consórcio- evento 05
- 05) Proposta Huner e documentos – evento 06
- 06) termo de referência – evento 07
- 07) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processo Licitatório – evento 08
- 09) Solicitação de Parecer Jurídico – evento 09

É o relatório.

IV– DO PARECER

Cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (Lei 8.666/93).

Dessa forma, concluindo-se pela homologação da presente inexigibilidade, esse parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação.

No mérito, houve a escolha pela inexigibilidade de licitação, uma vez que o objeto foi considerado singular e seu fornecedor exclusivo para executá-lo, em razão de contrato anterior, obedecendo assim, os aspectos da legalidade.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, este procurador se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito.

Pato Branco, 16 de dezembro de 2021.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313